



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 13

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO BARREIRO

REALIZADA 09 DE OUTUBRO 2014

Aos nove dias do mês de Outubro do ano dois mil e catorze, pelas quinze horas, realizou-se uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal do Barreiro nos termos da alínea b) nº1, do artigo 35º do Regimento da Assembleia Municipal, no auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro com a seguinte Ordem de Trabalho:

1. **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 43º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
2. **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**
 - 2.1 **ANÁLISE E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE OS RELATÓRIOS INSPECTIVOS POR PARTE DA TUTELA À ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**

Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 21,30 horas, registando-se a presença de 31 deputados municipais, conforme lista de presenças em anexo.

O Executivo Camarário esteve representado pelo Senhor Presidente Carlos Humberto de Carvalho e pelos Senhores Vereadores Luis Ferreira, Sofia Martins, Regina Janeiro, Marcelo Moniz, Rui Lopo, Frederico Rosa, Sónia Lobo e Bruno Vitorino.

A Mesa é composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Frederico Fernandes Pereira, pelo primeiro Secretário Vitor Manuel Batista Ribeiro dos Santos e pela segunda Secretaria Ana Maria Rodrigues Gomes da Silva.

Presidente Assembleia Municipal - dá início à reunião, perguntando se há por parte do público, algum pedido de intervenção.

Não havendo, prossegue anunciando a renúncia de mandato do Deputado Municipal José Miguel Leal da Silva que foi substituído por Carlos Miguel Santos Guerreiro.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lê os pedidos de substituição para esta reunião dos Deputados Municipais e que se encontram em lista anexa à ata.

Informa que esta reunião foi realizada a pedido de um conjunto de doze deputados municipais.

Faz uma chamada de atenção sobre o relatório da situação financeira ser um documento administrativo nominativo e da importância de fazer referência a este aspeto por ser uma discussão pública. O documento comporta apreciações e juízos de valor sobre comportamentos e ações de alguns elementos do município.

Alerta a Assembleia, dando conhecimento de que este relatório sobre o endividamento e a situação financeira do município foi disponibilizado integralmente numa rede social.

Reforça que o próprio relatório, logo na sua parte inicial tem uma chamada de atenção de reserva dos documentos pelo que não pode ser publicitado e acrescenta que dignificará a Assembleia Municipal que a discussão seja feita de forma cordata.

2.1 ANÁLISE E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE OS RELATÓRIOS INSPECTIVOS POR PARTE DA TUTELA À ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

A Deputada **Madalena Alves Pereira** (PS) – O Partido Socialista em conjunto com o Bloco de Esquerda e o Movimento de Cidadãos Independentes, requereram o agendamento de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, para conhecerem e tomarem posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e de serviços do município, conforme o estabelecido no artigo 25º nº 2 alínea g) da Lei 75/2013.

Não é só para cumprimento legal do dispositivo que o fizeram. Requereram para o exercício cabal e responsável do seu mandato de eleitos na Assembleia Municipal do Barreiro.

Em causa está a apreciação e tomada de posição pelo órgão Assembleia Municipal de dois relatórios elaborados na sequência do trabalho da Inspeção Geral de Finanças e que tiveram por objeto a atividade do município do Barreiro em matéria de recursos humanos, urbanismo e fornecimento de bens e serviços (relatório 2013/2008) e em matéria de execução orçamental e controle interno (relatório 2265/2013).



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ambos os documentos chegaram à autarquia em 2014, sendo que desconhecem a data em que foram remetidos à Assembleia Municipal, mas seguramente que terá sido a tempo de serem incluídos na Ordem Trabalho da última reunião Ordinária ocorrida em setembro último.

Esta reunião extraordinária de hoje ocorre porque foi requerida pelos eleitos da Assembleia Municipal. O agendamento deste ponto deveria ter sido da iniciativa do Presidente da Assembleia Municipal, assim que rececionou os documentos em causa. Deveria não porque a lei assim o exige, não porque os relatórios assim o preconizam e até fixam prazos para serem conhecidas as deliberações aos órgãos municipais que se prenciam sobre os mesmos, mas porque a saudável ética republicana democrática assim o determina.

O que está em causa nestes documentos é muito mais do que a sindicância feita à gestão do município em três anos do anterior mandato.

É muito mais do que saber se o PCP/CDU, geriu com a observância dos requisitos legais, os recursos e o património de todos os Barreirenses.

O que está em causa é a gestão do Barreiro.

É incompreensível o atraso no agendamento desta deliberação e por outro lado é inaceitável que se tente desvalorizar aquilo para que todos estão convocados pela sua eleição. Fiscalizar, apreciar, propor, recomendar ações políticas que melhorem a qualidade de vida dos Barreirenses. Dar publicidade e transparência à gestão publica da coisa.

No caso do Barreiro, como nem o Bloco de esquerda nem o PCTP/MRPP, tem assento no executivo, perguntam como poderiam conhecer a avaliação feita da gestão da autarquia, se foi desvalorizada a intervenção da assembleia Municipal.

Quando estão a ultimar o orçamento municipal para 2015, não será este o momento adequado para saberem se as anomalias identificadas e as recomendações formuladas pela IGF, já foram assumidas pelos serviços mediante instruções prévias expressas do executivo nesse sentido.

Nos tempos que se vive em que há uma notória falta de credibilidade na classe politica e justa na maior parte dos casos. Em que há um descrédito generalizado na gestão das instituições, não será um dever acompanharem e reiterarem as recomendações formuladas pela IGF, de maior e menor fundamentação nos casos de acumulação de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funções públicas e privadas dos funcionários. Colocando-os acima e para lá de qualquer suspeita.

Saber e exigir responsabilidades políticas perante processos de contratação cujos documentos que os integram não estão totalmente numerados pondo em causa a integridade do procedimento.

Deveram ignorar que o trabalho digno não passa apenas por adequadas condições remuneratórias, horários e instalações mas igualmente pela total imparcialidade e isenção. Premiando o mérito, a antiguidade em detrimento da antiética escolha familiar ou partidária.

Não é seu dever, reclamar explicações quando uma identidade independente afirma que o executivo barreirense não efetuou uma gestão prudente e equilibrada dos dinheiros dos impostos. Perguntar ao executivo municipal como justifica os elevados custos financeiros, com o incumprimento do prazo de pagamento a fornecedores.

Em especial o que a IGF, identifica no relatório sobre as questões financeiras, foi sucessiva e reiteradamente denunciado pela oposição socialista.

PRESIDENTE DA CÂMARA – Quer partilhar com todos as suas interrogações sobre se esta discussão na assembleia municipal tem suporte legal. Quem a solicitou assumirá as responsabilidades legais. Dos dois documentos que foram distribuídos da Inspeção Geral de Finanças.

Afirma que este relatório não poderá ser reproduzido nos termos da legislação em vigor. Assente na lei de acesso aos documentos administrativos e vão neste sentido as opiniões que vão ouvindo de que uma boa parte deste relatório é de momento insuscetível de discussão ou divulgação pública.

Não será o Presidente da Câmara que perante o pedido da Assembleia municipal, órgão deliberativo do município, se negará à sua discussão, também não assumirá as responsabilidades de a promover.

Chegou-lhes informação confirmada de que o relatório na sua totalidade se encontra integralmente disponível nas redes sociais. Disponibilizado por quem tão pouco lhe poderia ceder.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tomou pessoalmente enquanto Presidente da Câmara as diligências que o caso impunha. A decisão é da Assembleia Municipal.

A Câmara no fim do mandato anterior teve duas inspeções, uma proposta pelo IGAL, atual IGF sobre recursos humanos, urbanismo, fornecimentos e queixas pendentes, para os anos 2010 e 2011. Outra da IGF sobre questões financeiras para os anos de 2009 a 2011 com atualização aos primeiros dois meses de 2012.

Gostava de transmitir que as inspeções não são um problema, devemos entendê-las com naturalidade e em grande medida como uma ajuda quando assumem uma natureza corretiva, construtiva e formativa.

Têm garantido um esforço de fazer bem, de fazer legal de permanentemente melhorar e corrigir eventuais difidências. Tal postura não garante que não existam deficiências e erros. Sempre existirão, há sempre uma margem de erro. Continuaram a aprender, a melhorara e a corrigir.

Mas também a manter as suas opiniões sempre que as considerarem justas

Sobre a primeira inspeção dirigida aos recursos humanos, urbanismo, fornecimentos e queixas pendentes. Consideram o relatório globalmente positivo para o trabalho municipal. Faz reflexões elogiosas ao trabalho realizado em vários serviços e em áreas de grande exigência legal e complexidade técnica, como são as aquisições e o urbanismo.

Procuraram como a inspeção manifesta ir sempre mais longe na procura das metodologias de trabalho que façam melhor.

Quanto às recomendações que fazem, no essencial estão de acordo e estão a ser implementadas. As acumulações de funções, as normas de controlo interno, numeração e rubrica das folhas que compõem os processos de fornecimento, justificações e fundamentação de decisões.

Sobre a da IGF quanto às questões financeiras de 2009 a 2011 e Primeiros dois meses de 2012.

A realidade escrita pelo relatório era conhecida no essencial pelos eleitos autárquicos. Os dados eram divulgados e assumidos pela câmara e pelo seu Presidente.

Várias foram as intervenções dos diversos partidos sobre esta matéria.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há um tempo. Um tempo antes da inspeção, um tempo durante e um tempo depois da inspeção.

Estes anos que a IGF analisa, foram, anos duros de um ciclo de desvalorização da administração e dos trabalhadores, de redução de receitas, de limitações de capacidade de resposta de dar e de fazer.

Um ciclo onde se pede mais aos municípios.

Tal como a inspeção relata a situação vivida era particularmente difícil, mas havia tendências de evolução positiva.

Evolução positiva que as contas de 2013 comprovam e a análise do 1º semestre de 2014 confirma.

Deputado André Pinotes (PS) – Deixa nota de que nenhum dos eleitos do Partido Socialista, está a par de nenhuma divulgação em nenhuma rede social. Registaram, mas quer que não fique de forma alguma, subentendido que teria alguma coisa a ver com o PS.

Esperam que o debate corra de forma positiva e esclarecedora.

Este entendimento que o Partido Comunista agora revela da lei e sta preocupação, não foi a mesma que teve em junho de 2006, quando no jornal Avante, decidiu divulgar o conteúdo de um relatório da IGF das contas do Barreiro.

Não vão utilizar isto como uma forma de fuga ao debate, ao contrário do que aqui poderia ter ficado sugerido de que os eleitos do Partido socialista, teriam divulgado, isso não corresponde à verdade. Mas o mesmo não é verdade no avante de 2006.

Deputada Maria João Dias (PS) – Após a leitura do relatório quer fazer algumas questões.

A contabilidade nas autarquias, sempre constituiu uma fonte importante de informação financeira e permite uma gestão de acordo com a orientação do exercício municipal.

È uma contabilidade feita pelo POCAL, na qual existem alguns princípios contabilísticos e de prudência. Como por exemplo, a prudência, a continuidade, a consistência e a materialidade.

Coloca ao executivo do Partido Comunista as seguintes questões:



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porque é que o relatório menciona várias vezes a falta de fiabilidade da informação financeira e outras fragilidades atendendo ao POCAL.

Verificasse que o balanço de 2009 a 2011 não refletiam em especial no último exercício com inteira fiabilidade em algumas rubricas do passivo exigível a sua situação financeira e está a falar de 430 mil euros.

Inexistência de contabilidade de custos.

Insuficiência no disposto no POCAL e destacam a não utilização de forma sistemática e abrangente das contas relativas a compromissos futuros.

Fragilidade no processo de elaboração e gestão orçamental, porque é que existe uma diminuição da receita da autarquia entre 2009 e 20152 e está a falar de 11%.

Existe um empolamento das receitas. Taxa de execução máxima de 72% em especial de capital, 23% em 2012.

Receitas não arrecadadas de 16,1; 21,7; 23,5; 22,6 milhões de euros.

Esta situação de aparente desequilíbrio, permite a realização de despesa para além da efetiva capacidade de promover o seu pagamento.

Em 2012, 22,6 milhões de euros. Mesmo após a utilização dos empréstimos PPTHPRD. Há uma violação sistemática do princípio do equilíbrio orçamental.

Há uma margem reduzida para fazer face às despesas não vinculadas e existe uma despesa orçamental que manifesta uma acentuada rigidez.

Existem violações nos anos 2009 a 2012 mesmo após os empréstimos de equilíbrio orçamental em subsídio substancial. Uma gestão orçamental desequilibrada.

A autarquia em 2009 a 20152, elaborou e aprovou documentos provisionais que não refletem a real expectativa de execução orçamental e não efetuou uma gestão prudente e equilibrada.

Em relação ao endividamento global desajustado e manutenção da situação financeira desequilibrada existe uma dívida municipal corrigida pelo mesmo relatório e que aumenta significativamente num total global de 37 milhões em 2012.

Porque é que o endividamento global apresentado ao nível material relevante é desadequado no seu quadro financeiro em especial nas receitas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como é que é possível *per capita* aumentar a uma evolução desfavorável e passou de 456 mil para 546. Não bastaria a totalidade da receita de um exercício para solver toda a dívida municipal.

E a situação financeira de capital próprio encontrasse desequilibrada.

Deputado Hugo Abade (CDU) – Receberam o relatório inspetivo ao município do Barreiro da IGF a ex-IGAL.

É com satisfação que leram no mesmo relatório que no decurso da ação, não se registaram constrangimentos, sendo de salientar positivamente a disponibilidade demonstrada e a colaboração prestada pelos eleitos, dirigentes e trabalhadores do município.

Esta inspeção incidiu sobre o município abrangendo em particular a Divisão de Recursos Humanos, a Divisão de Património Contratos e Aprovisionamento, a Divisão de Gestão Urbana e Licenciamento e a Divisão de Fiscalização.

A leitura atenta deste relatório é por si só, suficiente para firmar que este executivo municipal defende de forma intransigente os interesses do Barreiro, pautando a sua atuação pelo rigor e transparência, em matérias tão sensíveis como acontece em tantos outros municípios, o urbanismo a fiscalização o fornecimento de bens e serviços e as matérias de recursos humanos que de acordo com o relatório teve nota exemplar.

Quer deixar uma saudação ao Presidente, Vereadores, dirigentes e trabalhadores do município, pelo trabalho realizado e cita do relatório “os contratos de fornecimentos de bens e serviços celebrados, observam na sua generalidade as normas legais aplicáveis, não se vislumbrando qualquer indicio de atuação ilícita ou irregular nesta matéria.

Os processos de loteamento urbano encontram-se bem organizados e corretamente instruídos e as decisões proferidas encontram-se fundamentadas em extensivas avaliações e conclusões, quanto à observância dos indicies e parâmetros urbanísticos definidos em Plano Diretor Municipal.

Os processos de obras particulares encontram-se bem organizados e instruídos sendo as decisões fundamentadas com informações técnicas bem elaboradas, completas e



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

detalhadas, com indicação dos parâmetros a que os projetos estão sujeitos, demonstrando o seu cumprimento ou incumprimento.

A atuação da autarquia no âmbito das operações urbanísticas observa as normas legais e regulamentares aplicáveis não existindo qualquer indicio de práticas ilícitas nesta matéria.

A autarquia acolheu positivamente as recomendações formuladas e manifestam a sua satisfação com os resultados globalmente obtidos”.

Muito mais poderia citar. São críticos e ser crítico implica também valorizar quando se faz bem. O município fez bem, fez muito bem. Concluí felicitando valores que são essenciais na atuação diária, Trabalho, honestidade e Competência.

Deputado Vitor Nunes (PSD) – Faz uma saudação em nome do grupo municipal do PSD ao senhor engenheiro Leal da Silva, deputado municipal do Partido Socialista que suspendeu o seu mandato e ao mesmo tempo saúda a Zélia Silva como representante do grupo municipal do PS, saúda ainda o Carlos Guerreiro e que seja bem-vindo ao trabalho.

Relativamente ao relatório que sugere ao senhor Presidente da Câmara do Barreiro que dê conhecimento deste à Assembleia Municipal para que se pronuncie e onde se propõe que a câmara informe a IGF no prazo de 60 dias do estado das implementações efetuadas.

Gostaria de saber se já foi dada a resposta ao IGF e se podem ter conhecimento dela.

Deputado Rui Ferrugem (CDU) – Cumprimenta a nova responsável de bancada do Partido Socialista, Zélia Silva e também endereça os seus respetos ao engenheiro Leal da Silva.

Sobre o relatório da área financeira.

Ambos os relatórios foram produzidos pela mesma entidade e pelo mesmo período de tempo.

Não há aqui um relatório muito positivo nem um relatório mau.

Há o relatório da gestão do município, das suas opções, no período de 2009 a 2011, com uma chamada aos primeiros dois meses de 2012.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Debruçasse sobre a área financeira, salientando do relatório, referenciando e focando dois aspetos fundamentais.

A questão do equilíbrio orçamental e a questão do endividamento municipal.

O relatório da área financeira é uma fotografia de um período que é obviamente assumido. Tem e contém as opções que foram apresentadas durante esse período, não só na apresentação dos diferentes orçamentos como também das respetivas prestações de contas.

Foi ali discutido e desafia a oposição a por em causa ou a apresentarem alternativa para as diferentes opções que constituíram a despesa e que o município apresentou ao longo dos anos, ou seja as opções em termos dos valores da Ação Social Escolar, dos TCB, dos Planos de Desenvolvimento Desportivo, dos protocolos culturais, etc,etc, etc...

Essa despesa foi dita repetidamente pelo senhor Presidente da Câmara e foi recorrente nas suas intervenções, nomeadamente ao nível das informações escritas, referenciando que a câmara estava a tentar, conter a despesa nos valores apresentados. O problema não é se despendeu a mais, o problema foi sempre da insuficiência a curto prazo ou seja de tesouraria. O município não tem problemas de solvibilidade, foi várias e vastas vezes demonstrado, até pelo próprio inventário que lhes é apresentado todos os anos de que o conjunto de valores que possuem em termos patrimoniais do município, dão perfeitamente para fazer face ao médio e longo prazo.

O problema subsistiu sempre no curto prazo, nos problemas de tesouraria, os problemas de pagamentos a fornecedores.

Na prestação de contas sempre referenciaram que o município solveu os seus compromissos com os seus trabalhadores, com a banca, e pagou a fornecedores. Cumpriu nos termos das opções que definiu na despesa e que são a sua matriz de gestão. Teve que navegar sempre à luz das receitas que recebia.

Parece que não estivemos no período mais negro, no que se chamou a "TROIKA" para os municípios e para todos os municípios sem exceção.

O ano 2011 foi particularmente sensível com uma redução de receitas à volta dos cinco milhões.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em termos de equilíbrio orçamental, reconhece e foi sempre a nossa opção e aqui dita de que os orçamentos eram equilibrados em termos formais que não reais em termos de receita de capital.

Uma prática que vem de há muito tempo, inclusive mesmo no período em que o PS através do engenheiro Emídio Xavier, esteve na gestão da câmara.

Participou na altura nestas discussões nas reuniões públicas e privadas da câmara e teve a oportunidade de dizer ao engenheiro Emídio Xavier, que ele fazia o acerto distribuindo-o pelas várias rubricas, quer fosse de receitas correntes quer fosse de receitas de capital e isto pode ser provado nos documentos ao tempo.

A diferença é que, quer no primeiro mandato quer no segundo de Carlos Humberto, sempre disseram em que rubricas é que se faziam os acertos formais não reais dos orçamentos. Não é nenhuma ilegalidade é uma irregularidade.

Cita um documento de estudo, que devem todos os deputados e quem quiser lá em casa, consultar através da net, que é um anuário financeiro dos municípios portugueses. É uma publicação feita e coordenada por técnicos oficiais de contas. É um documento de estudo importante e nesse documento diz que há muitos municípios, nomeadamente os que tem dificuldades financeiras e que não são tão poucos assim, que fizeram acertos nos seus orçamentos ao longo dos tempos desta forma. Através da chamada receita de capital.

A questão dos transitados, que está ligada a prazos crescentes de atrasos de pagamentos ou de pagamentos médios a fornecedores. A situação que em 2009 estava em 131 dias; 2010 em 163 dias; Em 2011 e 2012 a questão dos transitados assumiu proporções preocupantes mas não entramos em rutura como alguns chegaram a afirmar. O prazo médio de pagamento nessa altura era de seiscentos e tal dias segundo o relatório da IGF.

A questão do equilíbrio orçamental no entanto teve evolução e mostra o que veio à Assembleia municipal em Outubro de 2012 a celebre proposta de discussão sobre o PAEL e sobre o Plano de ajustamento Financeiro.

Cita um excerto do documento "o município do Barreiro realizou desde 2006 e particularmente a partir de 2010 um enorme esforço de diversão da sua posição orçamental, interviemos nas componentes da receita e despesa e reforçamos o nosso controlo sobre a execução de ambas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De 2010 a esta parte (Outubro de 2012) e sem prejuízo da existência de medidas que podem e devem continuar a ser exportadas e concretizadas. Podemos afirmar que interviemos transversalmente em todas as áreas de intervenção”.

A Assembleia Municipal analisou contrato a contrato, prestação de serviço a prestação de serviço.

Deixamos de ter segurança por uma empresa de segurança e passou a ser desempenhada por trabalhadores com serviços melhorados nas várias portarias. Reduzimos sensivelmente as questões da despesa com a limpeza dos edifícios municipais. Reduzimos em termos de consumíveis em telecomunicações, no fornecimento de energia.

Em Agosto de 2012, conseguimos finalmente equilibrar os resultados da receita corrente, com a despesa corrente. Faltava a questão dos transitados. Faltava a questão fundamental das dificuldades de tesouraria.

Através do PAEL e apesar de sermos críticos em relação ao PAEL, não deixamos de fazer uma análise à questão da gestão municipal e concluímos o que seria o obvio, que se deveria aproveitar um instrumento que permitiria receber a sua tranche na integra em 2013.

Nessa altura o efeito conjugado entre a redução na despesa e o instrumento do PAEL, permitiu a redução do endividamento em mais de cinco milhões.

Não sendo o PAEL um instrumento de reestruturação financeira, porque essa foi feita com o trabalho de casa ao longo do ano de 2012, para cá.

Quando analisamos o orçamento para 2014 dissemos que pela primeira vez tínhamos conseguido apresentar um orçamento ao fim de vários anos em que o equilíbrio orçamental formal correspondia ao equilíbrio orçamental real.

O resultado disto é que o prazo de pagamento a fornecedores em 3013 passou logo para 208 dias e na informação a 30/6 estava nos 100 dias.

Isto é o resultado de medidas de trabalho, em termos das despesas de funcionamento, em termos de aproveitar as oportunidades para financeiramente podermos reestruturar o município.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não pomos em causa a fotografia que é dada pelo relatório da Inspeção Geral Finanças, não pomos nem poderíamos por. São opções que foram tomadas e que as assumimos.

Não esgrimimos, nem tentamos fazer expandir para os dias de hoje essa fotografia, porque ela não corresponde na atualidade. Já não correspondia quando se discutiu o orçamento para 2013 e com a prestação de contas do ano de 2013 isso foi bem visível.

Esses documentos foram aprovados pela maioria da CDU, sem votos contra. Os outros grupos municipais abstiveram-se. Sinal de que tinham conhecimento e que verificaram que o que se acabou de dizer em termos genéricos e sucintos correspondia a esse esforço.

A fotografia é importante para clarificar ou definir um momento. Não é a fotografia de agora, não é a fotografia do final de 2013, não é a fotografia de 2014 com os dados que recebemos até 31/8, onde no mapa anexo de cabimentos, há uma redução na ordem dos catorze milhões.

Não deixaram de fazer investimento público, pouco sem duvida. Mas foi feito o projeto da "Cidade para Todos" e que já se encontra concluído e estão a terminar o projeto do "REPARA". Todos os Barreirenses têm verificado com satisfação como melhorou aquela zona.

Tentar extrapolar a situação de uma fotografia de há 3 anos e tentar mostrar que isso é hoje a situação do município e que ele estará perto de uma rutura financeira é claramente faltar à verdade,

Estes elementos todos que deu foram do conhecimento e são do conhecimento quer dos vereadores quer dos eleitos, se os quiserem estudar.

Não põe em causa a análise que foi feita no sentido de crítica dos deputados de outros partidos em relação aos documentos que várias vezes abordaram, porque cada um tem a sua leitura e respeita.

Ninguém contactou com a CDU para poderem assinar o requerimento para esta Assembleia. Fá-lo-iam com certeza.

Quanto à questão de ser colocado um ponto na Ordem de Trabalho, recorda que em 2006, quando fizeram uma assembleia para a discussão de um relatório de auditoria, o colocaram como um ponto da O.T., obviamente com a duração que este ponto deve



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter e que é semelhante à discussão da prestação de contas ou dos orçamentos, pela sua importância e pela sua dimensão.

Tem todo o prazer de estarem a discutir e as questões de reserva que foram colocadas tem a ver com questões legais.

Não fazem juízos de valor, nem admitem que lhes digam que não queriam discutir isto.

Querem discutir isto porque é o trabalho que foi feito. Foi um trabalho meritório de recuperação do ponto de vista financeiro.

Extrapolar querendo significar que hoje as coisas estão iguais ou que estão piores é meramente de má-fé e é falta de estudo em relação aos elementos que foram sempre divulgados.

Não, podem fazer conclusões dessas e hoje estão financeiramente melhores do ponto de vista do equilíbrio, isto não significa que agora haja dinheiro a rodo e que tenham todos a satisfação de que podem fazer maiores dotações.

Chama a atenção de que não fez citações a outros municípios e poderia tê-lo feito, porque não são da gestão CDU.

Nunca estiveram nos catorze municípios que tiveram que ter uma ajuda extraordinária e que foram publicados em jornais e também não o fizemos de um município que tem cinco anos e meio de atraso no pagamento a fornecedores, que é o município de Portimão, em que não fazemos nenhuma referência à sua gestão. Esse município viu a sua candidatura chumbada ao PAEL.

Hoje temos as contas equilibradas.

O FAME, é outra nova situação que vai tomar novamente, mais difícil a situação dos municípios, mas a lei obriga

Tal como acontece nas empresas os municípios são acompanhados por revisores oficiais de contas. Vamos ter a possibilidade, para de seis em seis meses ou de ano a ano de recebermos relatórios.

O orçamento de estado ainda não foi aprovado e todos os municípios dependem do Orçamento de Estado para poderem obviamente também construir os seus orçamentos. Há uma fatia importante que vem das transferências do OE.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Hugo Cruz (PSD) – Lamenta a forma de convocatória desta assembleia, porque estão a honrar os munícipes com mais uma sessão, poderia se ter perfeitamente acrescentado um ponto em tempo, para a discussão deste tema.

Quer lamentar a indisponibilidade, par reunir em fórum próprio, onde isto deveria já ter sido debatido e que é a Comissão de finanças da Assembleia Municipal. Ela está constituída e este é um assunto do âmbito desta comissão. Requereu a marcação para que se agendasse uma reunião desta ^comissão, onde o senhor Presidente e o vereador do pelouro poderiam ter prestado alguns esclarecimentos. Mas foram manifestadas indisponibilidades de datas e segundo a senhora coordenadora desta Comissão haveriam outras indisponibilidades.

Quer registar que os próprios requerentes desta Assembleia, poderiam ter pressionado no sentido da existência da reunião desta Comissão para que fosse debatido este tema, sem prejuízo de ter havido atraso na divulgação do relatório.

Espera que esta assembleia não se torne numa desculpa para falar de alguns assuntos mais ligados a pessoas, nominativos de recursos humanos e que não descambe para essa área da baixa política. Discussão essa, para a qual não contam com o grupo municipal do PSD, para a fazer.

Focaram a sua análise em algo que já vem dizendo ao longo dos anos e que o relatório da IGF, faz na parte da avaliação do endividamento e da situação financeira da autarquia é aquilo que o PSD vem dizendo, também desde sempre na sua atuação. Com alguns acrescentos porque terão tido acesso a informação mais detalhada e mais a fundo, mas o PSD sempre alertou para este tipo de coisas.

A necessidade de maior transparência da informação prestada, a necessidade de maior correção da informação prestada. É indicado que o município prestou informação incorreta ao IGAL, que os orçamentos tinham um elevado risco de execução. Também era um facto concreto, por demais aqui debatido.

Que havia a prática reiterada, de apresentar empolamento nas receitas nos orçamentos, para justificar um determinado nível de despesas de endividamento.

Desequilíbrio financeiro, prazos médios de pagamento, 617 dias que terá sido o topo a 31/12/2012.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dividas de curto prazo a fornecedores, de algum modo diria escandalosas. A divida desadequada às possibilidades reais do município, e isto é a IGF que diz, mas que também já o teríamos dito anteriormente.

Uma falta da aplicação da contabilidade de custos que creí ser uma boa prática de gestão e controlo interno, a falta de alguns regulamentos e códigos q ao que apreço uma parte da divida terá sido mal registada ou omitida, e que também está evidenciado pelo relatório.

Isto demonstra alguma passividade na informação que é transmitida e que reitera o que o próprio IGAL constata de que foi transmitida informação incorreta.

Tudo isto tem consequências, que não passam só pelo nosso debate e tem consequências também financeiras para o município ao nível de algumas denuncias para o Tribunal de Contas que poderão ocorrer ou que já terão ocorrido.

Derivado do incumprimento do município previsto nos empréstimos do “PAGAR A TEMNPO E HORAS” e outro semelhante. É frisado de que a taxa de juro do empréstimo vai subir cerca de 0,9 pontos percentuais no caso do “PAGAR A TEMNPO E HORAS” e 0,6% na taxa do empréstimo do PRED.

Isto também vai custar dinheiro ao município. Gostava de ver se têm esta quantificação, sobre a penalização que é mencionada no relatório.

O relatório também menciona que o município do Barreiro, foi pagando, não se sabe quantos milhares de euros em juros de mora com os atrasos. Mas o incumprimento destas metas vão nos sobrecarregar com a taxa de juro.

Ao nível destas informações que nos vão chegando e destes relatórios, vamos começando a compreender algumas medidas que a câmara municipal vem de algum modo se gabando de ter começado a tomar.

Estão a fazer algum esforço, e agora percebem também um bocadinho a origem desse esforço ou parte dessa origem.

Na prática a câmara parece que só corrige e evolui na medida em que é obrigada a cumprir legislação por outras entidades ou em que aparecem relatórios de inspeção. Por sua iniciativa talvez a situação fosse ainda bem pior.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hajam estes mecanismos de controlo externos do município a quem a informação mais tarde ou mais cedo acaba por estar acessível e que nos vão levantando outro tipo de questões.

Para reiterar o que o relatório apesar de trazer algumas questões de novidade, não vem mais do que espelhar o que o grupo municipal do PSD, vem nomeando ao longo dos anos relativamente a este próprios exercícios e é de lamentar que às oposições não se deem ouvidos e só vamos lá de algum modo com relatórios de inspeção.

Por outro lado também reiterar e dar ideia de que já estamos em incumprimento com base em algumas das recomendações. Quer saber o ponto de situação atualizado.

Relativamente à questão do prazo médio de pagamentos recorda que o próprio PAEL, tem como meta e objetivo os 90 dias, para não incumprirmos com mais um programa de empréstimos.

Deputada Madalena Alves Pereira (PS) – relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente, sobre a ilegalidade da convocatória desta reunião e a própria publicitação dos relatórios. Após consulta do site da Inspeção Geral de finanças verificou que estão lá vários relatórios de teor exatamente idêntico ao nosso. Quer sobre a questão dos recursos humanos, quer sobre o endividamento.

Outra coisa que também deve de ser do conhecimento de todos os eleitos, é de que a própria câmara já agendou em sessão de câmara a discussão deste relatório.

Uma coisa que é ainda mais interessante e essa sim, é que esta preocupação relativamente à divulgação não é de todo consentânea com aquilo que neste momento é uma resolução da Assembleia da República e que diz exatamente que os relatórios devem de estar disponíveis para a consulta e conhecimento de todos.

E devem de estar de forma integral. Curiosamente é que consultando depois as posições de partidos políticos, verificou que na origem desta resolução da Assembleia da República, até muito provavelmente estará aqui o PCP, porque na pergunta ao governo em Março do ano passado, questiona se afinal vamos ter transparência dos relatórios ou não e se vamos ter esta divulgação.~

Claramente o que o PCP assume na sua pergunta é que este acesso franco existia e terá deixado de ser livre, desde que Miguel Relvas, Ministro dos Assuntos Parlamentares, assumiu a integração da Inspeção Geral de Finanças.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Ao nível da transparência da informação pública, sobre tão relevante matéria que necessariamente deveria de ser do interesse público metesse em síntese resumos de trinta linhas, pouco menos que inacreditável” e está a citar aquilo que é a pergunta do Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República a propósito dos relatórios da Inspeção Geral de Finanças.

Esta questão não é para *show off*, respondendo à observação do Deputado Hugo Cruz, é para percebermos o que é que estamos a discutir. Se queremos de facto discutir e se queremos de facto tomar posição e apreciar, ou se queremos criar aqui uma névoa de que se calhar estamos aqui a cometer ilegalidades, e é melhor não irmos por aí. A ilegalidade era não terem convocado esta Assembleia.

Os dois relatórios são muito claros na sua conclusão final. Deve de ser dado conhecimento pelo Presidente da Câmara à Assembleia Municipal e deve fazê-lo no prazo de 10 dias, após a sua receção.

Gostariam de saber qual é que foi a data em que foi dado conhecimento. naturalmente Também diz a lei de Miguel Relvas, que a Assembleia depois tem que agendar esta discussão e que tem que a agendar em nome do princípio de transparência que o PCP invocou.

Sanadas estas questões que lhe parecem ser de princípio e de forma de gestão da coisa pública. O debate deve ser centrado nos relatórios, naquilo que eles evidenciam e necessariamente nas medidas que entretanto já tenham sido preconizadas pela Câmara. Essas sim devem de ser objeto na Comissão de Administração e Finanças para perceberem afinal aquilo que acolhemos como de bom e que a câmara terá começado a implementar.

Porque sobre isso até ao momento lamentavelmente nada.

Deputada Maria João (PS) – Sugere que colocou várias questões e ainda não foram respondidas e que gostaria que lhe esclarecessem

Deputado Rui Ferrugem (CDU) – Quem estivesse com atenção à sua intervenção, verificaria que falou no equilíbrio orçamental e não falou no endividamento municipal.

Gostava de fazer um comentário à intervenção da Deputada Madalena Alves Pereira. Sempre a considerou profissionalmente uma boa jurista. Com certeza que deve



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecer quais são os prazos de apresentação ou de conclusão destes processos de relatório de auditoria. O facto de lá dizer que o relatório é final, não significa que o processo seja o processo final que ainda vai para o Tribunal.

Não puseram nem põe qualquer entrave à discussão e à divulgação de qualquer relatório. Mas depois e dentro do enquadramento legal de ele ter sinal verde e dizer que a partir de agora já se pode divulgar tudo. Antes disso à aquela reserva que o senhor Presidente colocou.

Não à aqui nenhuma outra concessão de evitar seja o que for.

Na questão do endividamento que é uma das questões apresentadas no relatório, o município do Barreiro no período em questão e mesmo depois dele nunca esteve fora dos limites do endividamento.

No relatório diz-se que em 2011 se ultrapassou o limite do endividamento.

Faz esta referência mais uma vez. Antes da Ministra Manuela Ferreira Leite, ter definido regras muito precisas sobre a orçamentação e que é definido para todos os municípios.

Orçamentação de impostos diretos, indiretos e taxas. Nessa altura definiu novos limites para o endividamento municipal. Foi quando o PS ganhou as eleições no Barreiro e de acordo com o que estava ainda em vigor, tínhamos uma almofada de cerca de dez milhões.

Quando o Partido Socialista, através do seu presidente na gestão da câmara soube que isto eventualmente iria acontecer ou seja a definição de limites, levou a reunião de câmara a possibilidade de imediato poderem aproveitar, antes que lhes cortassem. Os vereadores da CDU, como a Madalena se recordará, porque na altura estava na vereação, aprovaram claramente esta proposta e o aproveitamento dessa almofada que ainda havia, foi feita.

Coisa distinta foi depois a sua aplicabilidade.

Depois disso o endividamento sofreu mais limites. Primeiro era apenas o endividamento *to core*, depois o endividamento líquido e o endividamento médio e longo prazo e agora em 2014, já vem uma nova definição que é o endividamento total.

É importante referir isto porque cada uma destas noções implicam limites para os municípios e cada vez mais apertados.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aconteceu que em 2011, ano em que tivemos menos cinco milhões de receitas do que o que pensávamos ter, em Novembro desse exercício, sai uma lei que redefine os limites do endividamento municipal. Nessa altura tínhamos uma almofada de cerca de quase quatro milhões.

Quando saiu este novo enquadramento jurídico, passamos para uma situação de termos ultrapassado esse limite de endividamento, como o próprio relatório da inspeção refere. Seria manifestamente impossível que num mês se fizessem retificações e na verdade quem faz a inspeção, são técnicos e os técnicos não podem estar a fazer análise política. Tinham que o referir.

Ultrapassamos em pouco mais do que dois milhões.

Sabem que a lei diz, em termos genéricos que os municípios que ultrapassem o limite do endividamento, no ano seguinte são prejudicados e veem reduzida as transferências que vem do orçamento de estado o município do Barreiro não viu reduzidas essas transferências, precisamente porque seria manifestamente incorreto estar-se a fazer como se fez quase no final do exercício em 2011 a alteração das regras do jogo.

O que aconteceu é que em 2012, lá estávamos novamente aquém desses limites de endividamento. Portanto em termos da questão do endividamento, os inspetores fizeram o que deviam fazer, mas chama a atenção para que matematicamente, termos superado o limite do endividamento.

Em termos concretos não o fizemos, nunca o Barreiro ultrapassou os limites de endividamento, porque se o tivesse feito, nem sequer tinha sido aprovado a proposta do PAEL.

PRESIDENTE DA CÂMARA – Questão prévia, referiu que tinha dúvidas sobre a legalidade desta discussão e mantém-nas, não considera que estejam ultrapassadas. Mantem a dúvida, mas está aqui para discutir.

Toda a informação jurídica que tem vai no sentido de que há uma parte dos relatórios que não pode ser discutida.

Afirma que já foram dadas as respostas dos relatórios À Inspeção Geral de Finanças e é sua intenção dá-las a conhecer a todos os eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente ao Deputado Hugo Cruz, diz que a taxa de juros dos dois empréstimos não vai aumentar. Como diz o próprio relatório, nos anos subsequentes deixamos de ultrapassar a taxa.

Tal como tem afirmado, desde que é Presidente da Câmara, a situação financeira do município nunca foi boa. Fruto da crise financeira económica e social do País, o município e a Câmara do Barreiro também se ressentiram, o que levou ao agravamento da sua situação financeira.

Foi um período muito difícil, o período mais difícil que passou à frente da Câmara, foram dias, que caracteriza eventualmente e excessivamente, como terríveis.

Do ponto de vista pessoal e individual foi um período extraordinariamente difícil. Uma situação muitíssimo exigente na Câmara. Opções muito complexas, exigentes, difíceis, com consequências de gestão políticas e sociais que foram necessárias. Opções nem sempre consensuais, mas tomaram-nas.

Da parte dos partidos que se nos opõem, o que sentiu foi que a determinada altura o empolamento que se vivia era a dramatização. Foi a afirmação em privado e em público de que não se fazia nada, não se cumpriam os compromissos, de que estávamos em rutura financeira.

Foi de facto exigente, mas com um correto diagnóstico, com grande coragem, contra ventos e marés, fizeram-se as opções. Sem desfalecimento, com persistência. Concretizaram o que consideravam indispensável.

Chegamos aqui, apesar da evolução negativa do País, controlamos as contas do município e no contexto do Poder Local Nacional, temos uma razoável ou até mesmo boa situação financeira. A análise das contas assim o confirma.

Hoje temos menos cerca de seis milhões de dívida do que quando assumiu a presidência. Apesar do agravamento generalizado da situação financeira das instituições Nacionais, do País e do conjunto do Local

Para o futuro é necessário não cometer erros graves, é necessário não cair no que é mais fácil, é necessário libertar verba para a atividade e para o investimento.

Senhores deputados porque é que chegamos aqui? Por todas as razões que explicitou e porque só na redução de transferências do Orçamento de Estado, na retenção da ADSE, no aumento da CGA, nos encargos com a avaliação do IMI, no IVA da



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eletricidade, no conjunto dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, perdemos, deixamos de receber ou não gastamos, cerca de 4 milhões de euros.

Uma questão central sobre o empolamento do orçamento e subseqüentemente o conjunto de perguntas que vão no mesmo sentido.

Sim é verdade, nunca o escondemos. Fizemos e tornamos claro para a Câmara e para a Assembleia Municipal que o estávamos a fazer e onde o estávamos a fazer.

Infelizmente não encontrámos solução diferente do que vinha sendo feito no mandato anterior.

A própria inspeção, afirma em determinado passo que se não tivesse o município empolado a previsão das suas receitas orçamentais não estaria em condições de elaborar orçamentos que cumprissem formalmente o princípio do equilíbrio, pois não existiam de facto receitas suficientes que possibilitassem sequer a provisão das referidas despesas e dos compromissos já assumidos anteriormente.

A razão porque empolamos o orçamento é esta.

O Deputado Hugo Cruz (PSD) – Pedido de esclarecimento.

Relativamente à questão dos empréstimos, onde é que está indicado que as taxas não serão agravadas.

Na pág. 5 fala no agravamento e não consegue localizar onde está mencionado que estamos dispensados desse agravamento.

Deputado Isidro Heitor (PS) – gostaria de começar por duas questões simples.

Folgou em ouvir o Rui Ferrugem ao dizer que ele próprio e o grupo da CDU, estariam disponíveis para requerer esta Assembleia. O que quer dizer que esta questão do debate da legalidade ou não legalidade, oportunidade ou não oportunidade, por parte da Assembleia parece-lhe consensual.

Segundo ponto, o senhor Presidente da Câmara falou em haver uma tática preparada, mas diria que não. O que vai dizer, di-lo-ia, quer fosse a primeira pessoa a falar, quer fosse a última. O órgão por excelência da democracia representativa, conforme sabe nos debates os senhores deputados ou líderes dos partidos fazem questões e o primeiro-ministro a seguir, vai lá responder e não espera para o final.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quer dizer-vos que estamos num debate político com algumas questões técnicas, mas não se deixa de fazer uma análise política destes documentos. Nada de debate pessoal e é no debate puramente político que irá referir algumas coisas.

Entende que o relatório da Inspeção Geral Finanças, tem a ver com a gestão da Cidade, com o Barreiro e com os Barreirenses, porque quem paga impostos, taxas e tarifas ao município e cada vez mais elevados, tem que ter acesso a toda a informação referente ao modo como são geridos os dinheiros públicos.

Os cidadãos devem ser exigentes é o seu dinheiro que está em causa, sendo da obrigação do seu município, assegurar-lhes uma boa qualidade de vida e implementar uma política fiscal municipal justa e equilibrada.

O passado não se pode alterar, no entanto temos a obrigação de aprender com os erros cometidos e ter a capacidade e a inteligência para os corrigir na altura própria.

Este debate político aqui hoje, pode ter esse papel e é fundamental que o tenha a bem do Barreiro e dos Barreirenses, visto que estamos aqui eleitos e todos temos a nossa legitimidade própria porque fomos eleitos pelo mesmo número de eleitores da Cidade Barreirense.

Discorda totalmente de algumas intervenções que vem aqui dizer, ou por falta de estudo ou por não fazerem a análise factual dos documentos, mas pensa que os deputados que aqui vem falar devem fazer a análise dos documentos e fazem a sua intervenção política. Assim como o Partido socialista pode não estar de acordo com a intervenção política de outras bancadas. Admitam que temos o direito de ter a nossa opinião que pode ser contrária a outros e que também eles não gostem das nossas intervenções.

Surpreende-lhes algumas posições da CDU, que normalmente vem para aqui com documentos reivindicativos Criticar e reivindicar o que está mal. E que não se deve por vezes valorizar o que está bem, nomeadamente ao nível Central.

Já vimos aqui hoje uma intervenção, que o que veio dizer, parece que não leu os documentos que aqui estão hoje em discussão, só leu aquilo que eventualmente é de valorizar. Nos, documentos há de haver sempre coisas a dizer que estão bem e há de haver coisas que estão mal, como é evidente.

O que está aqui em causa são os orçamentos de 2009 a 2011 e alguns meses de 2012, como já foi referido. Onde se refere que são sistematicamente empolados ao



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível das receitas. Já aqui foi referido a taxa de execução de 72%, nomeadamente a de Capital em 2012 de 23%.

Também já aqui foi referida a questão do anuário financeiro das autarquias e quer vos dizer e o município sabe que é assim, que se lermos o anuário financeiro em 2013, o município do Barreiro, eu não o encontro lá. Não está nos cinquenta municípios, com maior grau de execução de receita. O primeiro é a Mealhada.

O que quer dizer que há largas e largas dezenas de municípios no País que tem a preocupação de adequar os seus orçamentos em termos da execução. Estamos muito aquém, não estamos lá nos primeiros cinquenta.

O relatório também nos diz, que há um endividamento global do estado e manutenção da situação financeira desequilibrada.

A dívida municipal, e não vale a pena estar a esgrimir argumentos, os dados estão lá. Entre 2009 e 2012 a dívida municipal aumento 1,7 milhões de euros, atingindo um montante de 37 milhões. E isto não englobando 1,9 milhões com compromissos assumidos e não faturados no final do ano 2012. Senão a situação ainda seria pior.

Em qualquer dos exercícios o município, apresentava um montante total de endividamento materialmente relevante e inadequado ao seu quadro financeiro, especialmente às suas receitas.

O período de recuperação da dívida municipal, expurgado das despesas rígidas, em 2011 é de 29 meses, quase dois anos e meio. A câmara teria que parar, teria que deixar de assumir determinado tipo de compromissos, fazer obra, eventualmente para pagar a dívida que tinha na altura.

Por outro lado também refere disparidade de compromissos assumidos versus despesas pagas.

Em 2011 realizaram-se despesas de 3,8 milhões de euros, sem que se tenha faturado o exigível compromisso do exercício. Cita o relatório “temos aqui a violação de princípios e regras orçamentais relativas à execução do orçamento suscetível de configurar no início de natureza financeira”.

Tem duas questões que no seu entender são importantes e estratégicas e que nos levaram à questão essencial que foi a assinatura também do PAEL.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No final de 2012 a Câmara do Barreiro, pese embora o facto de ter aderido em anos anteriores ao programa PAGAR A TEMPO E HORAS e ao programa de REALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIVIDAS, apresenta uma situação financeira de curto prazo claramente negativa e desequilibrada. Saldo real negativo de 19,8 milhões de euros, um elevado prazo médio de pagamento a fornecedores de 617 dias. Houve aqui um significativo prejuízo, e isto levou a o aumento da taxa de juro mutuado com o estado de 0,9 e 0,6. O senhor Presidente diz que eventualmente não terá consequências, vamos ver.

Houve aqui no nosso entender um significativo prejuízo para o Barreiro e para os Barreirenses, em que a CDU responsável pelo executivo é a responsável, como é evidente.

Entre 2009 e 2011, devido ao atraso no pagamento a fornecedores a autarquia suportou elevados custos financeiros de mais de oitocentos e oitenta e dois mil euros de juros de moa, quase um milhão de uros.

Aqui é curioso que ao longo de várias Assembleias Municipais, se tenha questionado o executivo, se tinha pago ou não juros de mora, devido a este elevado endividamento face aos fornecedores e ao deslizar do pagamento aos fornecedores. E nunca tivemos aqui uma resposta em relação a este tema.

A IGF, teve um papel pedagógico importante na função que aqui nos presta, pelo menos dizem eles que são 882 mil euros e até referem “não foi possível apurar o montante de juros de mora pago ainda que tenham sido feitas várias diligências junto dos serviços, visto que o município do Barreiro, não regista tais montantes, inadequadamente na rubrica orçamental económica própria”.

Quase um milhão de euros em que os Barreirenses foram prejudicados, por esta medida de irresponsabilidade e pela incompetência da gestão do PCP/CDU, na altura. Isto levou o município para uma situação que se tornou financeiramente difícil e teve que recorrer ao Plano de Saneamento Financeiro, ao PAEL.

À mini TROIKA aplicada ao Barreiro.

O senhor Presidente referiu, que no final do mandato espera deixar mais de 6 milhões do que o que recebeu no início. O Emídio Xavier sofreu muito com essa situação de ir contrair aquele empréstimo, mas esqueceu-se de referir que no final do mandato do



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PS, este deixou mais de sete milhões em caixa. Quando o executivo entrou em vigor tinha lá dinheiro em caixa, vamos ver também quanto é que deixa em caixa.

Essas coisas têm que ser todas comparadas, não é só o endividamento, é tudo. Estas questões são como são e quando se vem aqui vangloriar, entre aspas, que neste momento se está a melhorar a situação, é porque assim tem que ser.

Estão aqui os gráficos de quem é que elevou estas dívidas a fornecedores, que foi a CDU. O limite não podia ser o céu.

Quem é que elevou o endividamento da Câmara municipal, quer as dividas a fornecedores, quer o endividamento.

Os gráficos atingiram valores exorbitantes. E como tal o município viu-se obrigado a recorrer ao PAEL. Com medidas que neste momento são muito complicadas e estão a ter efeitos.

Só porque é obrigado é que o município neste momento está a melhorar a situação financeira. A adesão ao PAEL, que é um plano de ajustamento, obriga a determinado tipo de medidas.

Estamos a sofrer, os Barreirenses as medidas adotadas devido a termos aderido ao PAEL. Mas aderimos ao PAEL devido à gestão que na altura foi exercida por parte do município. É evidente que houve responsáveis, para esta dívida atingir os valores que atingiu.

A partir de agora os valores têm que baixar como é evidente, porque atingiram limites in comportáveis. É isso que está a acontecer.

E mais, isso implica que a Câmara municipal e isso está no PAEL, que tenha que aumentar a receita. Isso implica mais impostos e mais taxas e mais tarifas, sobre os Barreirenses e por outro lado reduzir os custos.

Implica como é evidente, que a Câmara Municipal tem de reduzir alguma qualidade do serviço prestado aos Barreirenses e os Barreirenses perdem com isso.

Por outro lado o município do PCP/CDU, que tanto critica e bem, medidas adotadas em relação aos cidadãos e às pessoas, como cortes nos salários, cortes nos subsídios, etc.. Também tem sido beneficiado e esquecem-se de o dizer, nomeadamente em termos dos funcionários. Também são beneficiados com essas



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medidas, porque é menos despesa que o município infelizmente no seu entender mas felizmente para os resultados financeiros do município, está neste momento a ter.

Terminaria dizendo que a oposição tem aqui referido e a IGF é clara em relação a esta matéria. E o que nos diz é, “falta de fiabilidade da informação financeira e outras fragilidades atendendo ao POCAL, inexistência de contabilidade de custos e na utilização de forma sistemática e abrangente das cotas relativas a compromissos futuros. Fragilidades no processo de elaboração e gestão orçamental e suas consequências. Prática reiterada de empolamento de previsão de receitas orçamentais. Realização crescente de despesa para além da efetiva capacidade de promover o seu pagamento atempado. Fragilidade ao nível dos procedimentos contabilísticos de controlo interno e plano de gestão de riscos e corrupção.

E os deputados da oposição têm levantado algumas questões, sobre essa matéria e é isso que gostariam que o senhor Presidente os esclarecesse.

Nomeadamente que medidas, o município depois de ter conhecimento deste relatório já implementou ou estão executadas, para que não sejam confrontados no futuro com uma situação destas. Que no seu entender são penalizadoras para o Barreiro e para os Barreirenses.

Entendem que estas situações não devem voltar a acontecer.

Deputado Hugo Abade (CDU) – a seriedade intelectual, obriga-nos a dizer que a montanha pariu um rato.

Fazer uma análise séria da auditoria ao município do Barreiro, efetuada pela Inspeção Geral Finanças, acerca do controle do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica, leva-nos a dizer, que valeu o esforço.

Durante os últimos anos fizemos um caminho, escolhemos o caminho. Hoje olhando para traz afirmamos que fizemos o caminho certo.

Tal como refere a IGF, no relatório hoje em discussão e como o senhor Presidente da Câmara também já referiu. Se a autarquia não tivesse empolado de forma muito relevante em 2011 e 2012 a previsão das receitas orçamentais não estaria em condições de elaborar orçamentos que cumprissem formalmente o princípio do equilíbrio.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O nosso município nunca parou. Somos vaidosos e fazemos gala em dizer que já transpusemos a barreira e atingimos o desejado equilíbrio orçamental.

Numa análise às contas do primeiro semestre do ano de 2014, podemos verificar que a execução da receita chegou aos 47% e a execução da despesa chegou aos 43%, revelando um orçamento equilibrado, um orçamento real.

Estes resultados não podem e não devem ser dissociados do enorme esforço de contenção desenvolvido pelo município do Barreiro.

Em 2013 a receita disponível efetiva cobriu 84% da despesa prevista, quando anteriormente cobria 61% em 2011 e 62% em 2012.

Abriu-se desta forma uma possibilidade de construção efetiva de orçamentos materialmente mais equilibrados.

O caminho feito deu oportunidade a que a percentagem de orçamento não vinculado a despesas certas, chegasse em 2013 aos 31%.

Quando em 2011 foi de menos 11,42% e em 2012 de 4,65%.

Em 2011 a dívida municipal atingiu 42 milhões de euros, sendo que no 1º semestre de 2014 desceu para 28 milhões, menos 40%.

Exatamente a dívida comparando estes dois períodos desceu 40%.

Em 2012 o prazo médio de pagamentos a terceiros era de 523 dias, em 2013 de 208 dias e em 2014 apenas de 100 dias.

Relativamente ao endividamento líquido do município ultrapassamos o limite em 2011, porque em novembro do mesmo ano existiu uma alteração legal, com consequências significativas na margem do endividamento do município.

Até novembro desse ano tinha o município uma folga de quase cinco milhões face à sua capacidade de endividamento.

A redução em mais de oito milhões na margem de endividamento, causou um excesso de endividamento de 2,9 milhões.

Em 2011 chegamos a 117% da nossa capacidade de endividamento, em 2012 ficamos a 89% e em 2013 ficamos a 61% da nossa capacidade de endividamento.

Mudar as regras no final do jogo é uma rasteira, uma baixa rasteira.

Relativamente aos indicadores de liquidez geral, registamos com satisfação que passamos de 15% em 2011 para 78% em 2013.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O caminho faz-se caminhando, não chegamos ainda à meta, mas estamos mais perto.

O nosso compromisso é com o Barreiro e por isso reiteramos a nossa inteira disponibilidade para discutir todos os relatórios de entidades inspetivas e não fugimos à discussão, aliás queremos afirmá-la.

Não fugimos à discussão nem destes relatórios nem de outros anteriores.

Deputado Carlos Salgueiro (PCTP/MRPP) – Faz-lhe confusão como é que um município empola o orçamento para ter mais crédito.

Outra coisa que não percebe é a quem é que o município deve dinheiro. E destas pessoas que são credoras do município o que é que aconteceu à vida deles.

Conhece ua pessoa que é credora de um município e por esse motivo foi à falência.

A Câmara era obrigada a ter um refeitório e uma creche para o seu pessoal.

Estas discussões teóricas, não tem nada a ver com a realidade das pessoas. Não passam pelo seu dia-a-dia.

Se o município se endividou que justifique o porquê, usemos a transparência.

Deputado José Paleta (CDU) – O debate tem corrido bem. Temos opiniões diferentes. Cada um faz a sua interpretação do que leu nos relatórios mas no final o que tem que ver é qual é que é a situação financeira da Câmara, hoje.

A crise não acabou com a saída da “TROIKA”, continua para o nosso povo. Ao arrepio da situação Nacional à uma recuperação do nosso município.

Naturalmente que isso é feito à custa dos Barreirenses no que respeita a prestar melhores serviços à população.

Com o caminho que o Poder Local Democrático está a levar, vão piorar ainda mais, porque os eleitos não sabem fazer milagres.

Que fique claro que não iríamos negar a realização de uma Assembleia Extraordinária, o que dissemos na ultima reunião é que se está a vulgarizar a figura da Assembleia Extraordinária e que achávamos que se deveria incluir o ponto numa Ordem de Trabalho de uma Assembleia Ordinária.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tem dúvidas se o Partido socialista não utilizou esta questão da Assembleia Extraordinária. Quando lhes chegou os relatórios podiam ter proposto na reunião de líderes que se agendasse este tema como ponto da Ordem Trabalho da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal.

Quiseram ter uma carta na manga, porque pensavam que a CDU, não queria a realização desta Assembleia Extraordinária para que não fosse feita esta discussão. Estavam enganados, para o Partido Socialista já começou a caça aos pombos, por causa das eleições.

Naturalmente que com este tema não podemos apenas dizer que demos a nossa opinião, gastamos o dinheiro do município e que falamos muito bem.

Neste caso tem que haver uma posição da Assembleia Municipal sobre os relatórios da IGF ao município do Barreiro.

A CDU propõe que haja uma posição da Assembleia Municipal. Partiu do princípio que as forças proponentes da AM Extraordinária, trouxessem um documento mas como até agora não o fizeram passa a ler o documento sobre “POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE OS RELATÓRIOS DE AUDITÓRIA AO MUNICIPIO DO BARREIRO, Nºs 2013/2008 e 2265/2013”, que se encontra anexo à ata como “**doc. A**”.

Deputado André Pinotes (PS) – Este não é um debate para ver parir um rato. Estamos aqui para discutir uma questão séria, que é a dos relatórios da Inspeção Geral finanças.

Há uma coisa sobre a qual, temos que focar ao contrário daquilo que aqui foi dito.

Temos que ter alguma frontalidade nestas questões democráticas. E ao contrário daquilo que foi dito na intervenção do Deputado Hugo Abade, o que o relatório vem dizer não é nenhum louvor, não vem fazer nenhuma distinção aos orçamentos da Câmara Municipal, pelo contrário, o que vem dizer é que houve um emolamento de 84 milhões de euros e que só assim foi possível ter os orçamentos equilibrados.

Não lhes parece que seja um fator que mereça aqui a vaidade como utilizou.

Isto não é uma questão que os deixe descansados.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na intervenção da Deputada Maria João Dias dos porquês, o que temos que perceber é que atrás destas perguntas dos porquês, estão opções políticas do executivo municipal do Partido Comunista.

Por detrás destes porquês que colocamos não estão os serviços, porque não é isso que está em causa. Os serviços cumprem o que lhes pedem. Mas sim as deliberações políticas e uma estratégia política, uma visão com a qual não concordamos e que no devido tempo alertamos e hoje em dia viemos a ver que tínhamos razão.

Caros amigos, quero dizer-vos que a palavra é uma arma perigosa. Cabe lhe a si uma parte da intervenção que é muito delicada mas não é por isso que pensa que não a deve colocar com frontalidade e que é sobre uma questão que vem explícita nos relatórios.

Estes são relatórios que não são da autoria do Partido socialista, nem do bloco de Esquerda, nem do movimento dos cidadãos, nem do PCP. São da autoria da tutela.

Há uma questão que tem que ser dita e está identificada no relatório sobre um procedimento concursal para o mais alto cargo da função pública autárquica, com um grau de parentesco com membros do executivo e isto não é uma questão de baixa política até porque abomina a entrada no campo pessoal, mas aqui trata-se de uma questão de ética e que tem que ser colocada.

Houve uma pessoa que foi admitida, não cumprindo, e isto está lá escrito, um dos requisitos que era o de ter 6 anos de adesão à função pública. Isto tem que ser aqui dito por uma razão muito simples, que é na defesa dos trabalhadores e que é essa exatamente uma das bandeiras do Partido Comunista Português.

Porquê, porque existem milhares de trabalhadores que tem as suas progressões na carreira e tem as suas justas ambições e aqui foram ultrapassados, de uma forma que lhes parece profundamente injusta.

Sem fazer qualquer juízo de valor, não pode deixar de apontar este facto, porque é deveras injusto, para os trabalhadores que os senhores dizem defender, serem ultrapassados por procedimentos destes.

Para finalizar, tiveram a ouvir por parte do PCP, uma tortura. Nem tudo é negativo e nem tudo é positivo, mas houve uma tentação por parte do PCP de ver só coisas positivas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se só ouvisse as duas intervenções do Hugo Abade e nunca tivesse lido um relatório contas nem um orçamento, sairia daqui com a ideia de que este relatório tinha sido escrito para elogiar o senhor Presidente da Câmara ou o seu executivo. Obviamente que não foi o que aconteceu.

Não podemos torturar os relatórios até que eles contem uma fábula aos cidadãos do Barreiro.

Há coisas graves, e pior do que isso é que não temos hoje ainda a certeza que essas situações estejam retificadas. E essa é que é a preocupação maior. Já no passado alertamos, apresentamos documentos, etc.

Fica esta preocupação, que é a de perceber que há procedimentos menos claros, menos rigorosos e que convinha serem sanados e nós não saímos daqui com a garantia de que esses procedimentos tenham vindo a ser alterados.

Deputada Zélia Silva (PS) – agradece os cumprimentos que alguns deputados lhe prestaram e transmitirá pessoalmente os cumprimentos endereçados ao engenheiro Leal da Silva, o que fará com muito gosto.

Uma primeira análise do que lhes foi apresentado, na última intervenção escrita do Presidente da Câmara referente a Agosto de 2014, onde são referidos de uma forma ligeira os relatórios da Inspeção Geral de Finanças e as suas conclusões, que aqui hoje discutimos, como é competência legal desta Assembleia municipal.

O senhor Presidente referiu e passa a transcrever “que estes traduzem realidades conhecidas, elementos de relevo para o trabalho que queremos continuar a desenvolver”. Refere também “ ser mais desejável ainda quando assumindo uma natureza corretiva, construtiva e formativa e que possa revelar-se um elemento de superação das dificuldades”.

O assunto que hoje aqui discutimos é resultante da ação do executivo PCP/CDU, que elabora orçamentos com receitas empoladas, com definição errada de prioridades, naturalmente segundo a nosso ponto de vista. Da inexistência de um plano estratégico para a Cidade no seu todo, com medidas avulsas, de um executivo que refere que o Barreiro é a Cidade da participação mas que nunca apresentou algo que decorresse e refletisse o resultado das dezenas de “Opções Participadas”, que refere nas suas



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ações propagandistas. Nunca sufragou opções nem deu oportunidade aos Barreirenses para o exigirem.

No parecer final produzido pela IGF, pode ler-se entre outros e passa a transcrever “A falta de fiabilidade da informação contabilística nomeadamente no que respeita ao passivo exigível e aos compromissos de exercícios futuros. Os orçamentos de 2009 a 2012 foram sistematicamente empolados ao nível das receitas orçamentais o que possibilitava de forma artificial a realização e existência de elevados montantes de despesa, para os quais não havia disponibilidade financeira. O endividamento da autarquia que aumentou entre 2009 e 2012 era mais de 1,7 milhões, evidenciando no final de 2012, um montante relevante e desadequado ao seu quadro financeiro de 37 milhões.

Não obstante o recurso aos programas de financiamento, nomeadamente ao PAGAR A TEMPO E HORAS, a situação financeira de curto prazo era negativa e desequilibrada e o tempo médio de pagamento de dividas a fornecedores era de 617 dias, quase dois anos.

Nos anos de 2009 a 2012 o incumprimento generalizado, dos objetivos para o Plano Médio Prazo, de que resultaram um aumento global da taxa de juro do capital mutuado com o estado.”

Tudo isto já foi aqui dito, já foi aqui falado, já foi aqui analisado. Não é uma novidade para nenhum de nós.

O PCP teve em várias ocasiões a oportunidade de nos explicar que essa era a única maneira possível de fazer as coisas.

Mas o PS nas suas intervenções nos vários órgãos autárquicos, sempre manifestou a sua preocupação com esta gestão orçamental desequilibrada e ineficaz de que resultava um enorme e muito preocupante aumento da dívida.

Como se pode ler em algumas propostas e declarações que fizemos, tanto na Assembleia Municipal, como na Câmara Municipal, como nas Assembleias de Freguesia, onde estão representados.

Foram apresentadas propostas que apesar de aprovadas, nunca foram implementadas. Como a elaboração de um Plano de Controlo da Despesa, apresentado em 2010. Que apesar de ter sido aprovado e permitindo acompanhar de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perto despesas, realizações, desvios e melhorias de implementação rápida, nunca foram levados à prática.

Ou a recomendação da elaboração urgente do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde se identificassem claramente procedimentos e processos a seguir, para uma gestão mais eficaz e mais eficiente.

Estas propostas foram apresentadas pelo PS e aprovadas, nunca ou tarde foram implementadas. O que mostra a cultura democrática do PC, perante decisões aprovadas em comissões ou em reuniões privadas ou públicas.

Este último plano, chegou no início de 2014 após um pedido expresso e com a indicação de que e passa a citar “estaria a ser analisado pelos serviços de forma a atualiza-lo e a reajustá-lo à atual estrutura”. Passado quase um ano, ainda nenhuma atualização foi recebida. O que os preocupa de sobremaneira depois do relatório do IGAL, que temos estado aqui a falar nas últimas duas a três horas.

Cabe-lhes de novo manifestar as suas preocupações ao senhor Presidente sobre as situações que foram apontadas e identificadas pelo IGAL, independentemente das análises que tenham sido feitas aqui por outro grupo, se estão ou não a ser já tomadas em conta e se estão apresentados alguns documentos, alguns cronogramas para a sua realização e apresentação.

Uma preocupação que tem é o da proliferação de contratos de prestação de serviços sem justificação plausível ou concretização de ajustes diretos que não observem pressupostos de racionalidade financeira e rentabilização dos recursos humanos existentes na Câmara Municipal e que representam um motivo de fundada preocupação. Com a evolução da despesa pública e a necessária moralização da vida democrática.

Sobre estes contratos de aquisição de serviços os Vereadores do Partido socialista, já em 2014 manifestaram o seu desconforto pelo documento apresentado pela Câmara municipal do Barreiro e por entenderem configurar uma carta branca no âmbito da contratação pública, que exige rigor, transparência e contenção.

Porque a situação o exige foi proposto na declaração de voto, tornar obrigatória a publicitação no site oficial da autarquia os documentos que serviriam de suporte à realização de qualquer ajuste direto, que se venha a realizar, com especial incidência para a caracterização curricular dos intervenientes na celebração desses contratos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabe-lhes naturalmente fazer aqui um paralelismo entre este mandato da CDU e o anterior mandato do PS, com obra realizada, com dinheiro em caixa e comparando a gestão dos dois é obvio que encontramos muitas diferenças.

O Presidente Carlos Humberto, assume verificar-se uma degradação da qualidade de vida dos Barreirenses e uma diminuição da qualidade dos serviços prestados. Cenário que não é acompanhado, apesar de todos estes empolamentos, com a obra realizada, a não ser a de operações de cosmética.

E por isso cabe-lhe dizer que a auditoria exterior, que o Presidente Carlos Humberto solicitou quando chegou à Câmara Municipal do Barreiro em 2005, após o executivo do PS. Identificou que o prazo de pagamento da dívida a fornecedores era de cinco meses, bem diferente dos quase dois anos, à que o executivo do PCP chegou e que só foi substancialmente reduzida, com o plano de pagamento a “Tempo e Horas”, que o governo do PS - Socrates, propôs.

De referir também o dinheiro que ficou em caixa e já foram aqui referidos os cerca de seis milhões que foram identificados nessa auditoria.

O Auditório Municipal Augusto Cabrita que teve a necessidade de ter um financiamento discutido e uma conclusão de obra. A construção da passagem desnivelada da Recosta, a abertura da via que liga a freguesia do Alto do Seixalinho a Santo André. A construção do pavilhão gimnodesportivo da cidade sol, as alterações ao traçado da Av. das Nacionalizações a configuração do campo das Cordoarias naquilo que é hoje mas sem a demolição do campo de futebol do barreirense que não foi licenciado pela Câmara do PS e o Projeto POLIS, que os senhores mantiveram parado por alguns anos e que quase ao fim de dez anos ainda não concluíram.

Os eleitos do PS abstiveram-se ou votaram contra os orçamentos de 2009 a 2013, porque apesar de serem desequilibrados, nem assim se transformaram em obra feita.

Entendemos que a Cidade não tem planos consistentes de desenvolvimento em que se vislumbre um objetivo de futuro. Nunca o Barreiro teve uma depressão como a que estamos a viver. Uma Cidade sem atratividade para as pessoas nem para as empresas. Com problemas de mobilidade. Fiscalidade elevada em IMI e IMT e sem projetos estruturantes e de futuro.

Uma Cidade em que apeteça viver com maiúsculas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente ao que lhes foi dito à pouco, naturalmente que o grupo proponente desta Assembleia Extraordinária tem uma tomada de posição, para apresentar, sobre os relatórios apresentados pelos IGF.

Faz a leitura da, TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE OS RELATÓRIOS ELABORADOS PELO IGF, SOBRE A ATIVIDADE DOS ORGÃOS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO BARREIRO EM MATÉRIA RECURSOS HUMANOS, URBANISMO E ORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS (RELATÓRIO 2013/2008) E EM MATÉRIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E CONTROLO INTERNO (RELATÓRIO 2265/2013), que se encontra anexo à ata como “**doc. B**”.

Deputado Rui Ferrugem (CDU) – ouvimos agora depois do debate feito, uma intervenção para os in cálculos, que não estivesse, estado nunca a acompanhar a vida do concelho.

Fosse nesta Assembleia, fosse em reuniões públicas de câmara, fosse em toda a forma de manifestação de opções participadas ou de visitas às freguesias que sempre fizemos. Fosse na observação dos programas eleitorais. Concluíam que apenas durante os quatro anos da gestão do PS na Câmara do Barreiro é quês e tinha feito obra. É que tinha havido um plano organizado e sistematizado. Nada de mais errado.

Durante os anos que o PS esteve na Câmara do Barreiro, fez o que fez e na auditoria que tivemos oportunidade de analisar em 2006, estão lá claras as situações que foram detetadas. Não vou incorrer na prática, que seria reiterada de estarmos a discutir essa situação. Mas basta consultar essa auditoria para verificar a situação, que não é exatamente como foi aqui dita.

Independentemente de todo o ataque feito ao Poder Local Autárquico, Barreirense ou não. Se tenha passado como “por cão por vinha vindimada”, todas as dificuldades, que também existiram na redução de receitas e nas dificuldades em que temos para cumprir com as responsabilidades que tínhamos.

Nunca foi aqui, e volta a reafirmar isso, e perante o desafio que várias vezes aqui colocou à oposição, sobre as opções que constam, constavam e aonde constar na matriz da despesa do Barreiro. No plano de realização das várias situações ao nível dos vários setores. Que nunca foi aqui ouvida uma palavra de desacordo em relação ao apoio aos TCB, à ação Social escolar, em relação aos planos de desenvolvimento desportivo, aos protocolos de natureza comercial ou à prática de cumprimento ou não com o nosso endividamento em termos financeiros, em termos bancários. Sabendo de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

antemão que se isso não fosse cumprido, seriam executados esses mesmos empréstimos e sabendo de ante mão que o cumprimento desses planos de amortização, chamado “serviço da dívida”, libertariam verba, para podermos fazer, mesmo que incipientemente, investimento público. E fizemo-lo e estamos a fazer com todas estas dificuldades.

Chamou-lhe a senhora deputada, que muito prezo “operações de cosmética”. Vá perguntar por favor aos barreirenses que veem como está mudada a zona ribeirinha, e não só aqui, e que foi alvo de chacota quando na altura em que o Presidente Carlos Humberto, referia a tentativa de devolução e de trabalhar no sentido de nos virarmos para a questão dos Rios que temos.

Não refere toda a intervenção que foi feita na “Cidade para Todos”, que alguns dizem à boca fechada, porque é que se foi gastar dinheiro lá em cima. Esquecendo-se que o concelho é um todo.

Dizer que isto não tem um plano estratégico de atuação é claramente, banalizar a atividade da câmara. Uma coisa é termos opiniões distintas, outra coisa é chegar a esta situação de banalização ao trabalho autárquico.

Têm legitimidade em fazerem as críticas que quiserem, mas desafia-os aqui, perante os resultados que estou convicto que vamos poder apresentar, quer no final deste exercício, quer na preparação, depois em termos do orçamento. Quero ver aqui a mesma seriedade política, que acho que os senhores têm, para vir aqui dizer que a análise que nós fizemos hoje em relação àquele período e depois o que se seguiu a seguir a esse período. E que vocês não querem assumir.

Desconfiam claramente de que tínhamos razão naquilo quem dissemos.

Nós não melhorámos a situação financeira porque, veio cá uma auditoria. A auditoria reporta-se a 2009 a 2011 e em 2012 estávamos nós a retificar tudo. Os inspetores não estiveram cá nessa altura, estiveram cá em 2014. Não vamos reescrever a história.

Já estávamos a fazer esse tipo de esforço, mas para vocês isso não é valorizado. Só é valorizado as coisas que fizeram bem e nem falamos nas que fizeram mal, durante 4 anos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado André Pinotes (PS) – Pedido de esclarecimento.

Não percebeu da intervenção, se conhece, quando referiu o relatório de 2005 e que foi publicado em 2006, porque lhe pareceu querer entrar numa disputa de relatórios

Não estava cá na altura, mas existem arquivos municipais e tal como disse, temos um acervo e nesse acervo temos a auditoria nº16/2003 da secção 2 do município do Barreiro. Onde só em pagamentos ilegais de comunicações são 45 milhões de euros. Vai ler em escudos, “pagamentos ilegais resultantes de comunicações móveis efetuadas por funcionários da autarquia foram de oito milhões e setecentos e cinquenta mil escudos, de pagamentos de despesas sem suporte documental foram doze milhões e duzentos e setenta e três escudos.

E o que não percebi da sua intervenção, foi se conhecia este documento, se essa análise que faz é parcelada só a partir do mandato do PS ou se a história toda nos convém, como disse à pouco, olhar para o acervo e percebermos qual é o enquadramento histórico de que estamos a falar.

Deputado Mário Durval (BE) – Esta discussão tendeu agora para o fim a transformar-se naquela discussão de que “a minha boneca é mais bonita do que a tua”.

Os executivos sejam eles quais forem, estão cá para fazer alguma coisa. Todos fazem coisas bem e coisa mal.

O que não me enquadra muito bem é que se tente às vezes fazer passar, que é tudo de mal, quando não é. Temos de perceber de facto que o relatório se refere a um tempo que não é o atual e desse ponto de vista a Câmara, já teve oportunidade aqui de referir situações, em que há melhorias claras face aos relatórios que aqui estamos a debater.

Parece-lhe que a proposta de tomada de posição, da Assembleia que solicita ao executivo que faça um balanço das recomendações e apresente publicamente o que está feito e o que não está, é uma maneira ponderada e aceitável de encerrar esta discussão.

Porque de facto os relatórios em discussão, são relatórios de 2011 e 2012, já passaram mais de dois anos e portanto é bom agente saber o que é que avançamos, relativamente a esse período e o que falta fazer.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Isso é que será um exercício de transparência, que penso que o senhor Presidente estará disponível para o fazer, numa próxima Assembleia.

Em segundo lugar, quer dizer que ficou desiludido com a proposta da CDU, sobre os relatórios, porque costumam ser sempre tão acutilantes e isto é uma posição completamente redonda, que não diz absolutamente nada.

Como não fizeram uma posição da do estilo do Hugo Abade, que aqui veio falar das “manhãs cantantes”, podiam perfeitamente ter feito, uma tomada de posição em que assumissem mais as coisas más.

O PS também veio aqui fazer parecer que só faziam coisas boas e que também não é nada disso. Também teve os seus “amanhãs cantantes” ou os “ontem cantantes”, neste caso.

Ficaria muito melhor se fosse uma assunção de alguns erros de coisas que estão mal e da vontade de corrigir e tornar mais transparente a gestão.

Também quer referir que de facto e nisso está de acordo com o discurso da deputada Zélia, que é o percurso “zigzague”, estratégico que a CDU, tem feito.

Reconheço que umas vezes dá no cravo outras dá na ferradura. Umas vezes, umas coisas melhores, outras vezes, umas coisas piores, mas tem faltado essa firmeza.~

Relativamente às obras, reconhece que foram finalmente viradas para o rio e é bom reconhecer, que na minha primeira candidatura à Câmara do Barreiro, punha essa questão como uma questão central e fico muito satisfeito que a CDU se esteja a virar para o rio.

Deputado Vítor Nunes (PSD) - Agradecemos a realização destas posições. O debate foi de facto interessante.

Na opinião do grupo municipal do PSD, decorre das gestões da CDU, mas também da gestão do PS. Uma situação sobre endividamento do município, que agora e que hoje se transforma em degradação e penalização dos serviços municipais, como aqui é reconhecido.

E degradação que infelizmente é assimétrica, porque ela penaliza mais as freguesias e os territórios interiores e menos os centrais e por isso se fala tanto no REPARA e muito menos de obra relevante noutras freguesias.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ainda assim, cabe-lhes reconhecer e louvar o esforço de reequilíbrio adotado e desenvolvido pela gestão da CDU em particular após assinatura do PAEL. De facto aí há um esforço sério no reequilíbrio das contas do município.

Quer elogiar uma perceção que começa a haver de todas as bancadas e que foi com muita seriedade e com muito rigor aqui refletida pelo deputado Rui Ferrugem, quando diz que realmente sem equilíbrio financeiro não há bases para implementar uma política de desenvolvimento económico.

Saúdo a sua seriedade intelectual e política.

Quanto à CDU, falta-lhe a política de desenvolvimento económico e aqui de captação de investimento de aumento de emprego. É a isto que nós não temos assistido no Barreiro.

Temos tido a política de saneamento financeiro, não temos o desenvolvimento económico.

PRESIDENTE DA CÂMARA – Quanto à nomeação do diretor de departamento, considero que foi uma decisão ajustada e hoje repetiria. Consideramos a existência de sustentação legal séria para a nomeação efetuada, uma interpretação da lei congruente e partilhada também por várias entidades, uma interpretação correta que sustenta a nossa decisão. O IGF afirma sobre esta nomeação “a situação é passível de um enquadramento legal que justifique o entendimento então perfilhado pela autarquia”, cito.

Relativamente à inspeção dirigida a recursos humanos, urbanismo, fornecimento de bens e queixas pendentes.

São feitas quatro recomendações.

Sobre a acumulação de funções, transmite à Assembleia que todos os trabalhadores que têm acumulação de funções, foram contactados para lhes perguntar se ainda mantinham as acumulações de funções e se as mantinham e queriam continuar a manter, que fizessem novos requerimentos. Está em desenvolvimento.

Relativamente à numeração e rubrica de folhas que compõe os processos de fornecimento. Está a ser feito.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Justificação e fundamentação das decisões. Estamos a nomear, como sabem, um conjunto de dirigentes em concurso público e é isso que vamos fazer.

Relativamente ao outro relatório, sobre as questões financeiras, são cerca de oito recomendações.

Utilização de forma sistemática e para a generalidade das situações das contas, relativas a compromissos futuros. Estamos a cumprir.

Implementação da contabilidade de custos. A implementação já está a ser feita.

Elaboração de orçamentos rigorosos. Executado. Como comprova o orçamento de 2014 e o orçamento para 2015, confirmá-lo-á também.

Restabelecimento do equilíbrio financeiro da autarquia, numa perspetiva de curto prazo, etc,etc. Em concretização.

Até junho a redução global da dívida, foi de 14 milhões de euros. Veja-se também a redução dos transitados e a redução do prazo médio de pagamentos.

Realização previamente à promoção de novos investimentos, numa análise custo benefício e da sua sustentabilidade. É o que temos vindo a fazer como o comprovam as contas do primeiro semestre de 2014, em que o executado da receita atingiu os 47% do orçamentado e a despesa 43% e que constará das normas de execução orçamental para 2015.

Cumprimento sistemático dos objetivos no âmbito geral específico, dos previstos dos dois empréstimos. Estamos a cumprir integralmente.

Cumprimento dos limites legais de endividamento municipal. Cumprimos e com folga.

Adequação do reporte de informação financeira à DGAL. Estamos a reportar.

Superação das fragilidades existentes ao nível do procedimento de controlo interno contabilístico de implementação do plano de gestão de risco de corrupção e infrações conexas. Estamos em fase adiantada da revisão do plano e das normas de controlo interno em curso.

Sujeição permanente das contas à análise do ROC. É obrigatório legalmente.

Alguns dados da situação financeira no primeiro semestre de 2014.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O orçamento de 2013 para 2014, reduziu 15 milhões de euros. No primeiro semestre de 2014, a receita representa uma execução de 47% em relação ao orçamento e a despesa tem uma execução de 43%.

Redução de 40%v da dívida global de 2011, para o primeiro semestre de 2014.

Prazo médio de pagamentos teve uma redução de mais de quatrocentos dias. Neste momento são no primeiro semestre de 2014, 101 dias.

O anuário de 2013 dos municípios portugueses afirma o seguinte: O município do Barreiro é o quadragésimo oitavo município, com maior independência financeira; É o trigésimo quinto município, com maior volume de receitas cobradas em relação orçamental; É o trigésimo município, com maior diminuição do passivo exigível; É o trigésimo primeiro município, com redução de endividamento líquido; é o décimo município, com maiores resultados financeiros.

Estamos ainda mais à vontade para qualquer discussão sobre estas matérias, quando atualmente têm as nossas contas permanentemente auditadas pelo ROC.

E o que diz no seu primeiro relatório, recebido ontem e que será brevemente distribuído à Câmara e à Assembleia Municipal.

Para já quer transmitir três ideias.

Sobre a fiabilidade dos dados fornecidos, diz este relatório “os municípios estão sujeitos ao dever de informação prévia segundo o artigo septuagésimo da Lei 73/2013, 3 de setembro e os artigos 56º e 60º do Dec. Lei 528/2014, 7 de abril. Das verificações efetuadas, constatamos que tais deveres tem sido objeto de regular cumprimento, tendo sido especificamente verificada a informação remetida à Direção Geral das Autarquias Locais, com referência a junho de 2014”.

Sobre o rigor do orçamento de 2014, diz o ROC “ o orçamento para 2014, reforça o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no novo regime financeiro das autarquias locais e das intermunicipais, em vigor desde janeiro de 2014. Uma vez que as receitas correntes cobrem as despesas correntes, acrescidas da amortização média de empréstimos de médio e longo prazo”.

Sobre a nossa situação atual, diz o ROC “ a consolidação do passivo através do recurso ao PAEL e a execução orçamental registada em 2014, são indicativos da existência de uma situação económica ou financeira equilibrada e controlada”.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como os senhores deputados estão pouco atentos, eu repito.

A existência de uma situação económica ou financeira equilibrada e controlada.

Hoje nesta Assembleia e mais uma vez tentámos falar da realidade do Barreiro e do que nos rodeia.

Pela nossa parte, amanhã, como hoje, como ontem, estaremos a trabalhar por esta Barreiro.

Entre dificuldades e sucessos, se afirma, reconquistou o rio, cresce culturalmente, intervém socialmente, ganha espaço.

Nós continuaremos a tentar avançar.

O Barreiro avançará, juntos havemos de conseguir.

Fez ontem nove anos, que o povo do Barreiro, acolhendo uma proposta do PCP/CDU, me elegeu Presidente da Câmara Municipal do Barreiro. Deu a vitória à CDU.

Estivemos hoje, objetivamente entre outras coisas a discutir a evolução da situação financeira do Concelho.

Que posso dizer, que balanço fazer.

Apesar de altos e baixos, avanços e recuos. Hoje chegámos a uma situação bem melhor do que quando assumimos a presidência e apesar da evolução negativa do País e do Poder Local.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – colocou os dois documentos em apreciação à votação por parte dos deputados municipais.

Documento A – Apresentado pelo grupo municipal da CDU

Foi aprovado por maioria com os votos a favor da CDU, os votos contra do PS e do MCI e com as abstenções do PSD, BE e PCTP/MRPP.

Documento B – Apresentado pelo grupo municipal do PS

Foi rejeitado por maioria com os votos a favor do PS, BE, MCI, PCTP/MRPP, os votos contra da CDU e com a abstenção do PSD.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Vitor Nunes (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO.

O grupo municipal do PSD absteve-se na apreciação destas duas propostas, de tomada de posição. Reconhecendo que, ambos os documentos têm muitos méritos e estão amplamente de acordo com o conteúdo dos mesmos.

Porém, o essencial é dizer que estão de acordo com a importância destes documentos, enfatizados pela CDU e pelo PS, para o aprofundamento do trabalho da autarquia, para o aprofundamento do trabalho democrático.

Achando, e isso não foi suficientemente enfatizado, nestas recomendações de que devem ser seguidas, devem de ser cumpridas.

Querem incentivar o município a dar cumprimento a todas estas medidas.

Relativamente à proposta da CDU, ela desde logo implica uma apreciação das contas do município relativamente a 2014 e nós não estamos em condições, de fazer a apreciação das contas do município, relativamente ao 1º semestre de 2014, não temos os documentos formais para ao fazer.

Relativamente ao documento do Partido Socialista, entendem também que ele para além da sugestão de que se sigam as recomendações que constam dos relatórios, vai um bocadinho além, e entra em matérias que são um bocadinho extra política e extra de gestão do município.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos pelas 00.35 horas do dia 10 de OUTUBRO de 2014, constando a gravação áudio desta sessão arquivada, nos serviços da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, se lavrou a presente ata que após lida e aprovada por **Maioria** na reunião Ordinária realizada em vinte sete de fevereiro do ano de dois mil e quinze vai ser assinada por mim Ana Paula Monteiro,

Paula Monteiro

Assistente Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da

Assembleia Municipal, Frederico Fernandes Pereira

Frederico F. Pereira

Conforme o original

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico F. Pereira